

Trabalho e sociedade de consumidores: notas a partir de Hannah Arendt

Samir Haddad *

Resumo

Análise das relações entre cidadania e consumo vista a partir das reflexões que Hannah Arendt estabelece em *A Condição Humana*, obra na qual faz uma previsão pessimista acerca do que chamamos de sociedade de consumo, consequência inevitável da emancipação do trabalho entendido como *labor power*. Apontamos a transformação do trabalhador e cidadão em consumidor, e sua adequação em um mundo globalizado, no qual o direito do consumidor pode ser tão internacional quanto a figura do consumidor. A política se transforma em administração e o Estado é uma empresa, medida pelos mesmos indicadores que atestam a eficiência empresarial e o grau de satisfação de seus clientes.

Palavras-chave

Hannah Arendt; Trabalho; Fabricação; Sociedade de consumidores.

Abstract

Analysis of the relations between citizenship and consumption seen from the reflections that Hannah Arendt establishes in *The Human Condition*, a work in which she makes a pessimistic prediction regarding what we call consumers' society, an inevitable consequence of the emancipation of labor understood as *labor power*. We point to the transformation of the worker and citizen into consumer, and their adequacy in a globalized world, in which the consumer rights can be as international as the figure of the consumer. Politics becomes administration and the State a company, measured by the same indicators that attest to business efficiency and the degree of customer satisfaction.

Keywords

Hannah Arendt; labor; work; Consumers' society.

* Professor Doutor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

I. Trabalho e Consumo

Hannah Arendt em *A condição humana*, obra editada em 1958, faz uma previsão pessimista acerca do que chamamos de *sociedade de consumo*.

o tempo excedente do *animal laborans* jamais é empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e ardentes são os seus apetites. O fato de que estes apetites se tornam mais sofisticados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida, mas ao contrário, concentra-se principalmente nas superfluidades da vida, não altera o caráter desta sociedade, mas comporta o grave perigo de que afinal nenhum objeto do mundo esteja a salvo do consumo e da aniquilação por meio do consumo¹.

Para Arendt esse momento não havia chegado e talvez nunca chegasse, estava circunscrito a uma utopia: a emancipação do homem em relação ao trabalho, isto é, da necessidade. A citação aparece no momento em que ela discute com Marx as consequências inevitáveis da emancipação do trabalho, este entendido como *labor* ou *labor power*². A observação que ela faz é dirigida a Marx, na medida em que para ela, Marx reduz o homem, principalmente, a um ser que trabalha, mais do que isso, o próprio trabalho é reduzido à mera força de trabalho, esquecendo o que, na visão dela seria fundamental: a ação, a capacidade de agir politicamente no espaço público.

Na visão da autora, a Idade Moderna é marcada pela preponderância da técnica e da fabricação de objetos. Há uma inversão na hierarquia entre a contemplação (*vita contemplativa*) objeto dos filósofos e dos teólogos e a ação (*vita activa*), hierarquia construída desde a antiguidade greco-romana e mantida até o mundo medieval. Dentre as atividades do homem não foi a vida política (como na antiguidade grega e romana) que ocupou o lugar mais alto dentre as atividades da *vita ativa*. Foi o *homo faber*, o fabricante de objetos que ocupou o lugar mais nobre na hierarquia.

¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. P. 165.

² A distinção entre *labor* (trabalho) e *work* (obra/fabricação) é fundamental na obra de Arendt. *Labor* está relacionado ao processo biológico, ao crescimento, desenvolvimento e manutenção da própria vida orgânica, o *trabalho* produz e repõe as necessidades vitais de todo organismo. A condição humana do trabalho é a *própria vida*. A obra corresponde à não-naturalidade da existência humana, a produção de um “mundo artificial de coisas”, um mundo que se sobrepõe ao “mundo natural” que o homem já encontra na Terra e que sobrevive a toda vida individual. A condição humana da obra é a *mundanidade*, o fato do homem produzir um “mundo” e precisar estar nele. Daí a expressão usada por Locke no Segundo Tratado acerca do governo civil: “o trabalho de nosso corpo e a obra de nossas mãos”.

Entretanto, essa proeminência do *homo faber* foi transitória. Nas condições de trabalho modernas, do homem socializado, o que está em jogo é a mera força de trabalho, a capacidade de produzir excedente.

Para Arendt, Marx, ao definir o trabalho (*labor*) como o metabolismo do homem com a natureza em cujo processo o material da natureza é adaptado, por uma mudança de forma, às necessidades do homem e desta maneira o trabalho se incorpora ao sujeito, está reduzindo toda obra e fabricação (*work*) a trabalho (*labor*). Saem o artífice e os seus instrumentos e entra em cena a vida biológica do homem e o seu o processo vital. Marx está falando do trabalho em termos fisiológicos e mostra o trabalho e o consumo como dois momentos de um mesmo ciclo biológico.

Na análise de Arendt, a indistinção entre *trabalho e fabricação/obra* em Marx foi o resultado do momento histórico em que ele vivia; a Revolução Industrial na era moderna revelou o enorme potencial da produtividade do trabalho (*labor*) humano. A substituição do artesão pelo trabalhador destruiu as antigas ligações que o fabricante guardava com o produto de seu ofício e, assim, na época moderna os produtos resultantes da fabricação (*work*) se transformaram em produtos do trabalho (*labor*). O destino das coisas produzidas na sociedade moderna é ser consumido imediatamente, o que acaba com as diferenças entre a atividade do *homo faber* e a do *animal laborans*, que são as bases da distinção de Arendt.

Para ela, Marx pôde conceber uma sociedade de trabalhadores (*laboring society*) porque interpretou toda obra/fabricação a partir do trabalho (*labor*), cuja inerente fertilidade tem possibilidade de produzir a abundância, que é o “ideal do *animal laborans*”.³ A obra e a fabricação se transformam em trabalho e faz com que, em Marx, as duas atividades distintas fossem reduzidas à “força de trabalho” (*labor power*), que como tal se assemelha e contém fundamentalmente a ideia de produtividade, que é inerente ao trabalho:

Nas palavras dela:

Essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do trabalho, mas na ‘força’ humana, cuja vigor não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um ‘excedente’, isto é, mais que o necessário à sua própria reprodução⁴.

³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. p. 156.

⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. p. 108.

Para Arendt trabalho e consumo seguem-se tão de perto que quase chegam a constituir um único movimento e “... realmente, a maior parte da obra no mundo moderno é realizada sob a forma de trabalho...”⁵ O que Hannah Arendt nos diz é que a vitória final pertence ao *animal laborans*.

A crítica que Arendt dirige a Marx é ter reduzido as condições humanas ao trabalho, esquecendo o âmbito do político como condição diferente e até certo ponto autônoma da condição do trabalho e da fabricação. A obra e o trabalho não são suficientes para fundar e manter “corpos políticos”. A sociedade ideal preconizada por Marx, a sociedade sem classes e sem Estado, realiza ao mesmo tempo a liberação do trabalho e a liberação da política.

O trabalho é para Marx a atividade mais humana, vital e produtiva. Entretanto, pergunta Arendt, o que acontecerá quando o trabalho for abolido no reino da liberdade? Por toda a sua obra, diz ela, Marx interpreta o homem a partir da atividade do trabalho, isto é, como um *animal laborans*. Interpretar o homem a partir da atividade do trabalho e depois conceber uma sociedade na qual sua atividade fundamental não será mais necessária é propor uma sociedade de trabalhadores que não trabalham. Como pensar o homem sem trabalho sendo ele mesmo trabalho?⁶ Que atividade produtiva essencialmente humana restaria? Entretanto, nem a realização desta utopia acabaria com o eterno ciclo biológico do trabalho e do consumo.

O ciclo e equilíbrio entre o trabalho e o consumo pode se alterar, estando todo *labor power* (força de trabalho) despendido em consumir, tendo como consequência o que Arendt chamou de “grave problema social do lazer”, isto é, “como propiciar um número suficiente de oportunidades para a exaustão diária de modo a manter a capacidade de consumo intacta”⁷. A humanidade liberta do trabalho, dos “grilhões da dor e do esforço”, pode consumir o mundo inteiro e reproduzir diariamente tudo o que desejasse consumir. A energia do trabalho, jamais se perderia, e livre da necessidade poderia ser desviada ou canalizada para outras atividades. Entretanto, que outras atividades restariam se o homem é definido pelo trabalho? As horas vagas ou o tempo livre da necessidade são gastas em consumir. Não só os objetos do mundo serão consumidos, mas ideias, princípios, direitos, fé, qualquer coisa é objeto de consumo.

⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. p. 175.

⁶ As referências a Marx podem também ser encontradas em *Entre o passado e o futuro – A tradição e a época moderna*.

⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. p. 163. Aqui tivemos que divergir da tradução de Adriano Correia pois, a meu ver, altera o sentido do original.

A previsão marxista não se efetivou: não se constituiu uma sociedade de trabalhadores, o trabalho não deixou de ser necessário nem o ócio se estabeleceu na sociedade contemporânea. Porém as dúvidas de Arendt quanto a um futuro melancólico, no qual o espaço público e o cidadão perdem seu espaço, parecem se concretizar. Nossa sociedade é antes uma sociedade de consumidores do que uma sociedade de trabalhadores.

A sociedade contemporânea se encaminha cada vez mais para se constituir numa sociedade de consumidores e não de produtores. O consumo é hoje a porta de entrada para o espaço público; o crédito é visibilidade social, a mercadoria, que continua um fetiche, substitui a política e o exercício daquilo que a Revolução Francesa e burguesa chamou de cidadania.

Ser cidadão é ainda possuir direitos, mas os direitos são pensados a partir das relações de consumo, quando antes já foram pensados a partir das relações de produção.

Um estado-empresa não é novidade, novidade é a forma de relação que se institui a partir desse pressuposto. Se o Estado é uma empresa, a melhor maneira de lidar com ele é na forma das relações de consumo e essas são mais bem defendidas pelo código de defesa do consumidor do que através do direito constitucional, ou antes, a política é pensada como relação de consumo.

II. Trabalho e sociedade contemporânea

O fim da década de 70 viu nascer a crise⁸ que colocou em xeque o modelo do *welfare state* em todo o mundo. Mesmo o *modelo sueco*, exemplo de social democracia que procurou manter o pleno emprego por meio de subsídios industriais e pela expansão do emprego público e sistema previdenciário, foi revertido em seu próprio país, em meados da década de 80, marcando o que Hobsbawm chamou de fim da Era de Ouro do capitalismo mundial⁹. Esta foi a época da ascensão de Reagan¹⁰ e Margaret Thatcher¹¹, das disputas entre o modelo keynesiano e os defensores do livre mercado, que viram

⁸ Aqui não é o lugar de discutir os motivos desta crise. Há fatores econômicos, como o problema energético e o preço do petróleo, fatores políticos como a instabilidade econômica dos países dependentes da antiga URSS, o advento da informática e da computação como fator desequilibrante na Guerra Fria (elemento sempre esquecido nas análises do fim do sistema soviético).

⁹ HOBBSAWM. *A era dos extremos* p. 393.

¹⁰ Ronald Wilson Reagan foi o 40º (1981-1989) Presidente dos Estados Unidos da América.

¹¹ Margaret Thatcher, baronesa Thatcher - ex-política britânica, primeira-ministra de seu país de 1979 à 1990.

surgir altas taxas de desemprego com o concomitante aparecimento de miseráveis e sem-teto mesmo nos países centrais. Parecia que não havia saída para essa nova crise da economia mundial, nas palavras de Hobsbawm: “*A única alternativa oferecida era a propagada pela minoria de teólogos econômicos ultraliberais*”¹², representados nas figuras de Friedrich Von Hayek e Milton Friedman. Entretanto mesmo os neoliberais estavam perplexos e não sobreviveram aos problemas econômicos da década de 90, além do fato de que a economia mais dinâmica neste momento, crescendo a índices assustadores para os padrões desenvolvidos era a China comunista, que crescia com economia centralizada e ausência de democracia¹³.

A consequência mais visível em termos econômicos dessas mudanças estruturais foram as privatizações dos anos 80 e 90 que desmontaram as estruturas do Estado Social construído no pós-guerra.

Para o mundo do trabalho, a crise e as diferenças estruturais no modelo econômico trouxeram como resultado o desemprego, não o desemprego cíclico que de tempos em tempos se abate sob a economia, mas o desaparecimento de postos de trabalhos que não voltariam, pois deixaram de existir. A tendência foi a mecanização da indústria e a “*substituição do trabalho humano por forças mecânicas*”¹⁴. Além disso, houve a transferência de indústrias para os países periféricos e com mão-de-obra mais barata, assim diz Hobsbawm:

...mesmo os países pré-industriais e os novos recém-industrializados eram governados pela lógica férrea da mecanização, que mais cedo ou mais tarde tornava até mesmo o mais barato ser humano mais caro que uma máquina capaz de fazer o seu trabalho, e pela lógica igualmente férrea da competição de livre comércio genuinamente mundial¹⁵.

A “*redundância*”¹⁶ de trabalho resultante da mecanização atingiu tanto a indústria automobilística do ABC paulista quanto a de Detroit. O aumento da demanda por trabalho de alta qualificação não consegue acompanhar e compensar essa mudança.

¹² HOBSBAWM. *A era dos extremos* p. 398.

¹³ Entretanto, Hobsbawm deixa claro que von Hayek ao contrário dos propagandistas da Guerra Fria não estabelece ligação entre livre mercado e democracia.

¹⁴ HOBSBAWM. *A era dos extremos* p. 402.

¹⁵ HOBSBAWM. *A era dos extremos* p. 403.

¹⁶ HOBSBAWM. *A era dos extremos* p. 403.

Mesmo no campo, a agroindústria acaba por expulsar os remanescentes, alterando enfim, em todo o globo, a relação entre habitantes do campo e da cidade.

Essa nova realidade faz aparecer o que Bauman¹⁷ chamou de pessoas redundantes, refugio da globalização, característica da sociedade contemporânea.

Bauman desdenha do papel do Estado na manutenção e sobrevivência das pessoas declaradas redundantes: pensões, incentivos fiscais, isenções, benefícios ou qualquer que seja o nome que esta atividade do Estado pode assumir são para ele irrelevantes, pois a sociedade de consumidores tende a excluir o que chamou de “*consumidores falhos*”, aqueles que sendo redundantes e sem trabalho dependem do Estado para o consumo, inclusive o mínimo indispensável biologicamente. Esses seriam o refugio de uma sociedade de consumidores que deseja esconder ou camuflar seu lixo.

Entretanto devemos lembrar que o consumo de uma parcela pequena da população mundial não é suficiente para manter a produção em níveis satisfatórios. Esse papel auxiliar do Estado tende a ser mal interpretado. Não é mais um processo transitório, *não se trata de ensinar a pescar em vez de dar o peixe*, mas ao contrário, o papel do Estado numa sociedade de consumidores é manter o nível de consumo regular e em expansão, isto é, *é dar o peixe*. Este consumo por sua vez não se reduz unicamente ao consumo de luxo, ao contrário, é no consumo básico que encontramos as maiores possibilidades econômicas. (aço, água, Coca-Cola, e grande parte das mercadorias chinesas). O papel do Estado nas relações de consumo não pode ser desprezado.

Ao mesmo tempo em que o processo de mecanização de todo o trabalho extingui postos que jamais retornarão, e produziu uma quantidade de pessoas excedentes e supérfluas, ainda assim é necessário manter o consumo. Este é o dilema que tanto o Estado Social quanto o Estado Liberal vivenciam. Em comum o fato de que há a percepção de que o papel do Estado passa a ser a manutenção dos níveis de consumo – a questão está em como isso será feito¹⁸.

Liberal ou social o Estado deve prover o consumo através de instrumentos de estado: pensões, aposentadorias, empréstimos subsidiados, renda mínima, auxílios de todas as espécies etc. Deve financiar o consumo de parte de sua população incapaz de fazê-lo por sua própria conta. Não se trata de um projeto humanitário ou da decisão de

¹⁷ BAUMAN, Zygmunt *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*.

¹⁸ Os EUA durante a crise financeira de 2008 salvou suas empresas de crédito de baixa renda, estatizou empresas de crédito, bancos, seguradoras e financeiras na tentativa de salvar do caos o sistema americano de crédito, isto em pleno processo eleitoral e na vigência de um governo republicano. Isto é, a cartilha democrática foi colocada em prática por um governo republicano nas vésperas das eleições.

redistribuir renda (mesmo que isso possa ser uma das consequências), mas a percepção de que a sociedade de consumo deve continuar a consumir, mesmo que sem trabalho.¹⁹

III. Cidadania e consumidores

Encontramo-nos entre dois limites: a crítica de Arendt a Marx que reduz toda atividade ao trabalho e as previsões de Bauman de uma sociedade de pessoas sem importância ou desprezadas – redundantes.

A realidade não se encontra nem num extremo nem em outro. O trabalho (*labor*) e a obra (*work*) se transformam em consumo e os desprezados devem consumir também.

Consumidores, esta foi a figura que acabou se constituindo.

O homem consumidor é esta figura ambígua que mistura o público e o privado de forma desconcertante. Ele é privado em seus interesses e público no seu fazer e pedir direitos. A ideia de solidariedade social fica restrita aos momentos que como consumidor se vê diante de problemas privados. O espaço público se deteriora, empobrece, enquanto o espaço privado não admite o lixo e o refugio.

Como só resta o *animal laborans* e não há trabalho disponível, permanece apenas o consumo, uma das partes do processo, a outra metade está impedida ou tomada pela técnica; a sociedade de consumidores ou do *animal laborans* sem trabalho pode, enfim, se constituir. Numa sociedade de animais que laboram e sem trabalho só o consumo resiste.

Ao transformar o espaço público, o consumo tende a substituí-lo, não a acrescentar novas formas. Não se trata da constituição de uma nova cidadania, mas a substituição da política pelo consumo, a troca de relações políticas pelas relações de consumo.

Esse não é o ponto de vista de Canclini. Em sua obra, *Consumidores e Cidadãos*, trata-se de explicar como as novas relações de consumo se constituem em uma nova forma de cidadania. A preocupação de Canclini é mostrar como as maneiras de exercer a cidadania se alteram a partir de uma mudança nas formas de consumir. Canclini toma a perda do interesse pela esfera pública e da participação política, isto é, o que chama de “*degradação da política e descrença em suas instituições*” como causa e não como consequência

¹⁹ A economia americana que serve de exemplo para o resto do mundo é movida basicamente por serviços e consumo.

do consumo e da transformação do cidadão em consumidor. Assim, ao sermos interpelados como cidadãos (no âmbito político), respondemos como consumidores.

Os bens de consumo, para ele, seriam “*elementos materiais que servem a um ritual – ‘acessórios rituais’*.”²⁰ O consumo não seria privado e passivo, mas social e ativo e está submetido ao poder das elites que definem as ofertas e os modelos. Assim:

Nas sociedades contemporâneas boa parte da racionalidade das relações sociais se constrói, mas do que na luta pelos meios de produção, pela disputa em relação à apropriação dos meios de distinção simbólica²¹.

Esse caráter ativo do consumidor deveria ser entendido como uma nova forma cultural de expressão política que se constitui a partir da interação com os meios de comunicação de massa. Ao consumir, estabelecemos preferências e escolhas que são sociais e políticas.

Em suas palavras:

A lógica que rege a apropriação dos bens como objetos de distinção não é a da satisfação das necessidades, mas sim a da escassez desses bens e da impossibilidade de que outros os possuam...a solidariedade social se transforma em disputa por bens simbólicos²².

Sendo uma nova forma de exercer a cidadania (Canclini) ou a substituição da política pelo consumo (Arendt), de ambas as maneiras recuperaríamos a nossa identidade através do consumo, isto é, como consumidores. A cidadania é sempre mediada. A mediação da cidadania já foram o trabalho e a classe social, agora, na sociedade de massa, seriam o consumo e a indústria cultural. O consumo como identidade no lugar do trabalho.

Não podemos mais responder como trabalhadores ou como pertencentes a uma classe ou grupo específico, porque o trabalho e a obra, já agora *labor power*, não são mais representativos ou significativos. Como diz Arendt, a tendência moderna é de reduzir toda a atividade séria à condição de “*prover o sustento*”, e as desnecessárias ao lazer:

²⁰ CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. p. 65.

²¹ CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. p. 62.

²² CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. p. 65.

A mesma tendência de reduzir todas as atividades sérias à condição de prover o próprio sustento é evidente em todas as atuais teorias do trabalho, que quase unanimemente definem o trabalho como o oposto do lazer. Em consequência, todas as atividades sérias, independentemente dos frutos que produzam, são chamadas de "trabalho", enquanto toda a atividade que não seja necessária, nem para a vida do indivíduo nem para o processo vital da sociedade, é classificada como lazer²³.

Redução de toda atividade à sobrevivência ou lazer. Labor e hobby.

A transformação do trabalhador e cidadão em consumidor é perfeitamente adequada a um mundo globalizado. O direito do consumidor pode ser tão internacional quanto a figura do consumidor. O consumidor está para a época contemporânea como o cidadão para a época moderna.

Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*²⁴ nos mostra que a ideia de direitos humanos ou direitos dos homens sucumbiu à realidade dos eventos totalitários de século XX. Quando os homens precisaram e exigiram direitos a partir unicamente de sua humanidade, ficou claro que quem possuía direitos era apenas o cidadão, que tinha um Estado Nacional para garantir-lhe os direitos, como todos os párias do fim do século XIX e do século XX puderam perceber.

Em um mundo globalizado, em que as empresas e o capital são transnacionais, ser consumidor garante direitos internacionalmente. Sou consumidor em qualquer lugar, sob qualquer regime. Mesmo na China o Mac Donald deve manter o seu SAC funcionando e vender sua comida padronizada; a mesma coisa a Coca-Cola, que deve manter seus padrões de qualidade e eficiência no atendimento do consumidor.

O cidadão é nacional, circunscrito a uma unidade soberana e território delimitado, figura adequada ao Estado-Nação fruto das revoluções burguesas. O cidadão é o ator político do Estado-Nação resultante do “contrato”, enquanto o consumidor é internacional em sua essência, na medida em que os produtos de consumo são, também, transnacionais²⁵.

²³ ARENDT. A Condição Humana. p. 138.

²⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. 3v: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁵ Canclini em *Consumidores e Cidadãos* faz uma excelente descrição do que é a natureza transnacional da produção contemporânea.

Além de internacional a sociedade de consumidores tende a privatizar o espaço público. Associações privadas se comportam e substituem o Estado e sua pretensa “ineficácia”. Na Filadélfia uma associação de proprietários consumidores adquiriu legalmente o direito de cobrar imposto, imposto obrigatório, e com ele “reorganizar” o espaço público, com segurança privada, limpeza e iluminação urbana. O centro histórico da Filadélfia é administrado por seus proprietários privados. O Estado continua a cobrar impostos, mas é de se pensar que em breve ficará sem sentido a dupla cobrança. Nas condições contemporâneas onde o Estado já não funciona, a gestão privada ou grupo de consumidores consegue substituí-lo com facilidade²⁶.

O Estado então passa a ser pensado nos mesmos moldes das associações privadas, a associação de gestão ou para a gestão. É uma empresa que na perspectiva dos consumidores de Estado funciona mal e tem sérios problemas de gestão. Para Arendt, isto vem acontecendo desde o momento que o social substitui o político. A política se transforma em administração e técnica administrativa.

Comentando da substituição do serviço público por empresas privadas nas democracias liberais contemporâneas Hobsbawm pode nos dizer que:

o ideal da soberania do mercado não é um complemento à democracia liberal, e sim uma alternativa a ela. É, na verdade, uma alternativa a todos os tipos de política, pois nega a necessidade de decisões políticas, que são justamente aquelas relativas aos interesses comuns e grupais que se distinguem da soma das escolhas, racionais ou não, dos indivíduos que buscam suas preferências pessoais²⁷.

É por isso que como consumidor a liberdade é pensada como liberdade de consumir, a participação no mercado substitui a participação política e a liberdade política se transforma e será interpretada como liberdade de comércio. A liberdade de comércio passa ser um substituto para a participação política e é suficiente. Vide a China e a Arábia Saudita; a abertura comercial tornou desnecessária a abertura política, essa é a liberdade do consumidor.

O consumidor não é algo que tenha limites definidos, isto é, não é como o cidadão que ao separar o público do privado, constitui uma esfera privada na qual não se

²⁶ Business Improvement Districts BIDs. No Brasil assumiu o nome de Parceria Público/Privada, PPP.

²⁷ HOBSBAWM, Eric J. *Globalização, democracia e terrorismo*. p. 105 e 106.

comporta como cidadão – a intimidade ou privatividade como intimidade. Seu lugar é o espaço social²⁸.

O consumidor é consumidor em *qualquer* lugar, ele não se despe do papel de consumidor para vestir outro na vida privada, assim como na atividade pública, é ainda consumidor. Pizzato Nunes, comentador do Código do Consumidor brasileiro, nos diz que o conceito de consumidor é difuso, pois consumidores são todas as pessoas por estarem potencialmente expostas à prática comercial. Assim, o consumidor já existe sempre em potência. Está e existe em qualquer lugar onde se possa conceber uma relação de consumo. E onde, hoje, não posso? Em casa, no trabalho, no lazer, na política ou na Igreja, a relação de consumo está em qualquer lugar, até as relações mais íntimas podem ser pensadas como relações de consumo.

Há uma diferença entre dizer *todo* lugar e *qualquer* lugar. Não posso dizer que as relações de consumo estão em *todo* lugar, e por isso o consumidor é onipresente, mas que as relações de consumo estão em *qualquer* lugar, o que significa dizer que a qualquer instante pode o consumidor se constituir. Um papel social fácil de vestir e de usar, e mais do que um papel se torna cada vez mais o suporte para os demais papéis sociais.

O livro de Sennet, *O declínio do homem público*, que é referência quando se discute espaço público seria já anacrônico. Falar de tirania da intimidade ecoa o conceito de intimidade e privatividade que Arendt discute em *A Condição Humana*. Contemporaneamente o homem que se constituiu como *animal laborans* tende a pôr em público o que ambos (Sennet e Arendt) chamam de intimidade.

Isto acontece porque a transformação do homem público em consumidor é resultado, também, da proeminência do social no espaço público e político, resultado do homem socializado: nas palavras de Arendt: “*a sociedade constitui a organização pública do processo vital*”²⁹.

A consequência desta centralidade na pura vida biológica como preocupação central é a emergência de um novo tipo de relação público-privado. É a partir dessa preocupação com o *bios* que o espaço público deve ser entendido – a vitória do *animal laborans*, como diz Arendt, abre a possibilidade de pensar o político a partir desse pressuposto biológico. O centro de toda preocupação no espaço político é o *bios*, a vida, a felicidade ou bem-estar.

²⁸ Hannah Arendt chama de social a esfera híbrida entre o privado e o público que se cristalizou definitivamente na modernidade.

²⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. p.56.

Porém, o *animal laborans* pode ocupar a esfera pública, mas enquanto *animal laborans* não pode constituir uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público – isso é cultura de massas – atividades privadas exibidas em público. A sociedade é constituída de indivíduos socializados que se expressam como consumidores – são consumidores.

Não há mais o doce sabor da casa burguesa – que Arendt chamava de museu particular de lembranças com suas fotos e objetos guardadores da memória; o lugar da tranquilidade onde a liberdade privada pudesse ser gozada ou, como diz Sennet, o círculo dos amigos e da família. O sentido de liberdade, que para Arendt, havia se alterado de liberdade pública para liberdade privada, parece voltar novamente ao mundo público, só que agora como interesse privado. Não é público, mas *em* público.

Não há propriamente família, mas famílias, e “amigo” se refere, talvez, a alguém que sequer se conhece fisicamente, só virtualmente. A vida privada é um exercício de publicidade. Exponho-me o tempo inteiro como um produto para consumo. Sou consumidor e ao mesmo tempo sou produto de consumo, que se reflete no *blog* que escrevo, nas milhões de fotos espalhadas na internet, na profusão de biografias e autobiografias produzidas. É a exposição do privado, das preferências e gostos, o onipresente programa de entrevistas acerca das preferências de mim mesmo. Sou o que consumo, não o que penso ou o lugar que ocupo no modo de produção. Ao consumir estabeleço minha identidade, filiação e lado.

Uma sociedade de consumidores é uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, na qual a política também só pode ser elemento de consumo, ela é espetáculo, muitas vezes uma novela ou *soap opera* acompanhada, mesmo com interesse, até seu fim, quando outra novela imediatamente substitui a anterior. O próprio espetáculo é mercadoria de consumo e o consumidor é o ator e a plateia na sociedade de espetáculo.

O vocabulário do teatro vai se adequar perfeitamente a descrição da política e assim ela será tratada nos meios de comunicação em uma sociedade de consumidores: falamos de cenário político, atores políticos, palco político e enredo político da semana.

O personagem que a globalização vende, o estereótipo, é o liberal, relativista cultural e multicultural, conectado, aberto às diferenças e ao outro, livre de qualquer tipo de preconceito nacional, étnico, sexual, religioso e preocupado com o planeta. Mas o consumidor é o verdadeiro cidadão do mundo, o autêntico cosmopolita sem fronteiras, o ator que a globalização precisava.

Resta a “ameaça” de Arendt, de que tudo e qualquer coisa pode e será consumido.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. 3v: Antisemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

BAUMAN, Zygmunt *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos Extremos*. Tradutor: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBSBAWM, Eric J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIZZATO NUNES. *Curso de Direito do consumidor*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo, 1998.